

RESUMO: A partir dos postulados da Análise do Discurso de filiação francesa e da leitura lacaniana da psicanálise, buscamos refletir sobre o sujeito, distante da concepção de indivíduo ou de ser passível de categorização, tomando-o como posição no discurso. Temos no horizonte o interesse em interpretar os sentidos inscritos na carta de uma mãe de uma criança denominada psicótica, buscando compreender as posições-sujeito materializadas na ordem da língua. Adiantamos que o sujeito-mãe tece o seu dizer, ancorando-se em regiões de sentido tidas como legítimas para significar o seu filho e a si mesma, recorrendo a negativas para poder dizer de uma ordem de falta que tanto a assalta. Consideramos ser este um exercício de análise dentre tantos outros possíveis, ou seja, ser um trabalho provisório de reconhecer que as palavras mais escondem do que mostram.

PALAVRAS-CHAVE: discurso, sujeito, ideologia, mãe, psicose infantil.

ABSTRACT: Starting from the postulates of the Analysis of the Discourse of French filiation and of the reading lacaniana of the psychoanalysis, we looked for to contemplate on the subject, distant of individual's conception or of being susceptible to categorization, taking him as position in the discourse. We have in the horizon the interest in interpreting the senses enrolled in a mother's of a denominated child letter psychotic, looking for to understand them position-subjects materialized in the order of the language. We advanced that the subject-mother weaves her saying, being anchored in sense areas had as legitimate to mean her son and to herself, falling back upon negatives to say of a lack order that so much assaults her. We considered to be this an analysis exercise among so many other possible ones, in other words, to be a temporary work of recognizing that the more words hide of what shows.

KEYWORDS: discourse, subject, ideology, mother, infantile psychosis.

A porta fechada, a chave por dentro

análise do dizer da mãe de um filho denominado psicótico

Cynara Maria Andrade Telles¹

Lucília Maria Sousa Romão²

Dentre tantos, um trajeto na linguagem

*“Dizem que finjo ou minto/ Tudo que escrevo. Não./
Eu simplesmente sinto/ Com a imaginação /Não uso o
coração/ Tudo o que sonho ou passo,/ O que me falha
ou finda,/É como que um terraço/ Sobre outra coisa
ainda.” - Fernando Pessoa*

“As palavras que digo escondem outras”, essa formulação dita pela personagem G.H., em um dos romances mais densos de Clarice Lispector, marca o postulado de que o sentido e a linguagem não são evidentes. Dito de outra forma, ela instala um modo de compreender que a opacidade está posta a cada retomada de palavra de tal maneira que, em esconderijos muito subterrâneos, em silêncios alongados, em dizeres aparentemente repetitivos, em palavras ditas sem pensar, em trocas de significantes e atos equivocados, funcionam discursivamente o sujeito e o sentido, sempre imprevisíveis e passíveis de uma escuta interpretativa. E é justamente isso que buscamos nesse trabalho, escutar o sujeito e os sentidos de uma carta, mobilizando a teoria discursiva de Michel Pêcheux (1969) e alguns postulados da psicanálise de leitura lacaniana.

¹ Psicóloga clínica, formada pela Faculdade Riopretense de Filosofia Ciências e Letras, membro fundador do LaLíngua, Espaço de Interlocução em Psicanálise, Coordenadora do grupo de estudos: Introdução à leitura de Lacan – A Constituição do sujeito.

² Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP/ USP.

Na primeira sessão do trabalho, apresentaremos a definição teórica de sujeito, distante da concepção de indivíduo ou de ser passível de categorização; depois, interpretar os efeitos de sentidos produzidos por um sujeito-mãe e inscritos em uma carta, esse portador de texto tão antigo que implica imaginariamente um de e um para, ou seja, dois interlocutores em posição de aproximação pela escrita, embora não necessariamente colocados face a face. No nosso caso, os sentidos de carta inscrevem efeitos de confiança, de registro de uma confissão já que ela foi entregue pelas mãos da mãe de um analisando, quando chegou para o horário de atendimento. Alegando que nunca tinha tempo de dizer tudo e que tínhamos pouco tempo, a carta foi entregue como uma materialidade imaginariamente capaz de dizer tudo e respondendo ao tom testemunhal e documental (e de prestígio, diga-se de passagem) que a escrita confere aos documentos. Temos aqui uma primeira marca indiciária a ser lida, o sujeito supõe tudo escrever e dizer tudo o que falta, buscando, assim, tamponar as próprias faltas que lhe são constitutivas. Adiantamos aqui que o analisando em questão era uma criança denominada psicótica e, sobre esse sujeito, a mãe tece o seu dizer, ancorando-se em regiões de sentido tidas como legítimas para significá-lo, recorrendo a negativas para poder significar essa ordem de falta que tanto a assalta: falta de tempo, falta de filho, falta de palavra, falta. Falta essa que buscaremos significar e preencher de palavras, ainda que considerando ser este um exercício dentre tantos outros possíveis, isto é, o trabalho provisório de reconhecer que as palavras sempre escondem mais do que mostram.

O sujeito do discurso como posição e os sentidos que lhe são possíveis

“A torneira seca/ (mas pior: a falta de sede)/ A luz apagada/ (mas pior: o gosto/ Do escuro)/ A porta

fechada/ (mas pior: a chave/ Por dentro)"/ - José

Paulo Paes

Refletir sobre o sujeito discursivo implica, primeiro, deixar de lado o modo de representá-lo dado pelas ciências positivas, qual seja, o de que o sujeito controla o seu pensamento e a sua linguagem, de que é dono apenas da racionalidade e por ela comandado, de que ele assenhora-se da consciência com tal lucidez, que isso lhe garante um domínio absoluto sobre a realidade. Também coloca de lado a concepção de que sujeito seja sinônimo de indivíduo, passível de ser quantificado e regularizado em categorizações e generalizações. Tendo refutado tais noções, interessa-nos tomar emprestado de Pêcheux (1969) a noção de sujeito discursivo, definido como posição na linguagem. Isto implica considerar que o sujeito inscreve a sua voz a partir de uma posição discursiva dada por determinadas condições e que, para flagrá-lo em seus movimentos de sentido, é preciso escutar o lugar de onde ele fala, lugar este que não é sempre o mesmo, posto que o sujeito pode migrar de uma posição para outra. Sujeito migrante, errante e em permanente movimento: é assim que conceitualmente a teoria do discurso centra no sujeito o seu grande observatório de escuta, tomando-o não como categoria estática e fixa dada a priori por classificações diversas, mas escutando o modo como ele diz, os seus gestos de dizer sempre singulares.

A respeito do sujeito, é importante compreender os *esquecimento número um e número dois* (PÊCHEUX, 1999), sendo o primeiro o esquecimento ideológico, ou seja, o sujeito acredita ser a fonte dos sentidos, considerando que as palavras nascem no momento em que são ditas e que o seu dizer origina-se justamente no momento em que toma a palavra. Tal ilusão se soma a uma segunda: a de que as palavras expressam fielmente uma relação termo a termo entre o seu pensamento e o mundo, como a considerar que é óbvio dizer de um modo e não de outro,

engendrando, assim, um efeito de evidência de um sentido para o sujeito. Ao considerar que só é possível dizer de um modo, que existe apenas um jeito certo de falar sobre um tema e que não é possível inscrever sentidos de outra forma, o sujeito apaga outras palavras e silencia outros modos de formular. Enlaçado por esses dois esquecimentos (ou duas ilusões), o sujeito enuncia como se suas palavras fossem a prova fiel do seu pensamento, esquecendo-se que ele é sujeito porque a ideologia o captura em um lugar de poder (ou de não-poder), tomando-o de assalto e destinando-o a um lugar em que alguns sentidos parecem óbvios e transparentes, e não outros.

Assim, o sujeito tem a sua voz presa em uma teia de relações interdiscursivas de sentidos, o que reclama observar o jogo de formações imaginárias, ou seja, interpretar o modo como, no discurso, o sujeito tece para si, para o outro e para o referente um lugar imaginário, antecipando, na trama discursiva, sentidos já ditos. Uma rede de representações imaginárias é ativada quando o sujeito enuncia, a saber, quem sou para que o outro me diga assim, que o outro imagina de mim para que me diga assim, quem é o outro para que eu lhe diga assim, que imagem o outro teria de mim para que eu lhe diga assim e que para ele me diga desse modo, que o objeto discursivo representa para mim e para o outro.

“Segundo o mecanismo de antecipação, todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem.”

(ORLANDI,1999, p.39)

Não é possível falar de sujeito sem mobilizar a ferramenta conceitual da ideologia, mecanismo que dá a conhecer, na materialidade da língua, o efeito de evidência, transparência e obviedade.

“É a ideologia que torna possível a relação palavra/coisa. Para isso têm-se as condições de base, que é a língua, e o processo, que é discursivo, onde a ideologia torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo. Ou, em outras palavras, reúne sujeito e sentido. Desse modo, o sujeito se constitui e o mundo se significa. Pela ideologia.” (ORLANDI, op.cit., p.95-96)

No processo de significação, estão postas as condições de produção dos discursos, a posição estabelecida pelo sujeito e a ideologia, entendida aqui como mecanismo que promove um colamento imaginário entre os sentidos e a realidade, entre o suposto pensamento do sujeito e as coisas do mundo. Desta forma, a ideologia faz parecer evidente que certos sentidos sejam ditos, apagando outros indesejáveis, incômodos ou impossíveis de circular; enfim a ideologia produz uma relação necessária de obviedade para o sujeito em determinada posição, pois *“só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos”* (PÊCHEUX, 1969, p.149). Ao mudar de posição, a ideologia interpela o sujeito de outro modo, o que nos permite considerar que o sujeito pode migrar, mover-se entre diversas regiões de sentido, deslocar-se, construir o seu dizer de acordo com a posição discursiva que ocupa. Sobre isso, Orlandi (op.cit., p.96) afirma: *“é assim que a Análise do Discurso permite compreender a ideologia – e o seu funcionamento imaginário e materialmente articulado ao inconsciente – pelo fato mesmo de pensá-la fazendo intervir a noção de discurso”*. Sujeito, ideologia e discurso, então, são pilares teóricos da Análise do

Discurso e, embora recebam definições em vários campos do saber, aqui irrompem como fundadoras de um outro modo de olhar a linguagem.

Para trabalhar com a Análise de Discurso, além dos conceitos de sujeito, sentido e ideologia, tomamos também a noção de historicidade (PÊCHEUX, 1999), isto é, consideramos fundamental analisar o trabalho histórico dos sentidos, os retornos e retomadas de palavras que já foram inscritas em outros contextos sociais e também o jogo de outros arranjos, deslocamentos e remexidas do que já foi posto em circulação em outro lugar. O lugar da memória (ACHARD, 1999) é aquele que estabelece a condição de legibilidade do dizer, posto que as palavras não guardam um sentido em si mesmas, mas significam pela anterioridade, pelo arquivo que elas constituem (e que as constituem) e pelo movimento construído socialmente a partir da relação delas com o poder. Segundo a teoria discursiva, usamos palavras que já têm sentido. Sobre isso, Mariani (1998, p. 38) afirma que:

“A memória pode ser entendida como a reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, sob diferentes modos de textualização (...) na história de uma formação ou grupo social. (...) Retomando o que já foi dito, podemos afirmar que pensar discursivamente a memória é analisar as formas conflituosas de inscrição da historicidade nos processos de significação da linguagem.”

Assim, a tarefa do analista é flagrar os fios capilares dessa memória discursiva manifesta na materialidade lingüística, indagando o modo de retorno do já-lá e a forma como a ideologia

captura o sujeito ao dizer X e calar Y. Dito isso, consideramos importante ressaltar que a memória não é tomada aqui como cronologia histórica, como sinônimo de datas ou como narrativa linear, mas como memória discursiva que:

“... não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricas e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularizações... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.” (PÊCHEUX, 1999, p.56)

Assim, a Análise do Discurso tem como objeto o discurso, produzido pelo sujeito, que é afetado pela linguagem por meio de formações ideológicas e discursivas, e cujo discurso *“remete ao campo do humano e da cultura em contraposição à ordem da natureza.”* (MAIA, 2006, p. 208). A teoria do discurso é contrária à concepção de sujeito-falante, enquanto fonte e origem do dizer, postulando um inconsciente que o atravessa nesse dizer que se manifesta através de atos falhos, chistes, marcas do discurso, lapsos, etc. Seguindo este caminho, é possível buscar as marcas da subjetividade do sujeito, tendo o discurso como instrumento. Esse aspecto relaciona-se à teoria psicanalítica de leitura lacaniana, segundo a qual o uso da linguagem possui sempre um caráter ambíguo, sem significação plena, pois, o sujeito do inconsciente está, desde antes de sua concepção, mergulhado num campo de linguagem representado por seus pais, por seus familiares em geral, pela cultura na qual está inserido. Ele nasce no lugar do Outro, o qual dará início à

cadeia significante, possibilitando que daí venha a advir na posição de sujeito. Em “A instância da letra no inconsciente...”, Lacan [(1957) 1998a, p. 498] afirma: “(...) *o sujeito, se pode parecer servo da linguagem, o é ainda mais de um discurso em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito em seu nascimento, nem que seja sob a forma de seu nome próprio.*”.

Para inscrever-se na posição de sujeito será imprescindível que o sujeito perceba a falta no Outro, pois, ao percebê-la, depara-se com a falta e ela desdobra-se em uma demanda de desejo e garante a entrada no universo simbólico e da linguagem. O sujeito, ao falar, está assujeitado à ordem do discurso em dois níveis: o da enunciação e o do enunciado. O nível do enunciado, também chamado de intradiscurso, relaciona-se ao eu, ao aqui e agora, ao que se manifesta na fala do sujeito, que atualiza redes de filiações de sentidos já ditos antes. O nível da enunciação, também denominado, interdiscurso, diz respeito ao saber discursivo, às citações, repetições, antíteses, paráfrases, etc. O interdiscurso, ao mesmo tempo em que possibilita ao sujeito organizar um enunciado, através da materialidade lingüística e suas marcas, como aponta Courtine e Haroche (1998), causa um efeito de apagamento aos olhos do enunciador. Este seria o papel da memória, da lembrança e do esquecimento sempre articulados.

Tanto a Análise do Discurso de filiação francesa, quanto a leitura lacaniana da Psicanálise são articuláveis na medida que ambas pressupõem o submetimento do sujeito à linguagem, além de apontarem para um caráter faltoso e falhante na ordem do discurso, da linguagem e do sujeito, ou seja, ambas tomam para si a impossibilidade de completude e da transparência dos sentidos e dos sujeitos. Embora nesses pontos os dois referenciais afinem-se, há um diferencial, pois Pêcheux aponta para a historicidade do sujeito, enquanto Lacan o faz dirigindo sua atenção para o inconsciente e para o sujeito desejante (ROMÃO; PATTI; PATTI, 2006). Não nos cabe aqui discutir essas rotas diferenciais, mas marcar que as noções de sujeito - do discurso e da psicanálise - esbarram na mesma fronteira, aquela em que o sentido está em jogo na relação com

outros sentidos já-ditos, em que a evidência é apenas uma ilusão necessária para o sujeito dizer, em que a incompletude e a opacidade revestem as palavras no movimento do dizer e, finalmente, em que o sujeito é o central objeto de escuta, ainda que o seu dizer muitas vezes se apresente ao modo de uma porta fechada com a chave por dentro.

Negar para poder dizer:

análise discursiva de uma carta

“Como a vida muda/ Como a vida é muda/ Como a vida é nuda/ Como a vida é tudo.../ Como a vida é senha/ De outra vida nova.../Como a vida é forte/ em suas algemas.”- Carlos Drummond de Andrade

“No entanto, curiosamente, a figura na parede lembrava-me alguém, que era eu mesma” – Clarice Lispector

“*Vida muda*” guarda um efeito de polissemia que, para nós, é bastante significativo para abrir essa sessão, pois faz falar os sentidos de mudez e de mudança, enfim de algo que oscila entre a tensão da algema, da senha e da figura na parede que faz lembrar o que se foi ou o que é, sentidos estes que combinam com os movimentos do sujeito-mãe na carta que iremos interpretar a partir de agora. Escrita para a psicóloga, que fazia atendimento em uma clínica-escola, nomeada com o objetivo de trabalhar com crianças portadoras de doença mental grave, a escolha dessa

carta deu-se em função de algumas razões, dentre as quais destacamos, o contexto bastante delicado de entrada da criança na vida deste sujeito-mãe e de entrada na instituição.

Julgamos importante destacar que a mãe sempre contou que resolvera adotar uma criança pelo desejo de ter um filho (homem) e por caridade e que, quando o adotou, ele era extremamente feio, magro e com feridas por todo o corpo. Conta que, quando a adoção se realizou, a criança tinha poucos meses de vida e a família era composta por ela, então divorciada, e por duas filhas moças. Conta ainda que, anteriormente, havia matriculado a criança em uma escola da rede pública, mas, logo nos primeiros dias, a escola o expulsou por apresentar um comportamento extremamente agitado e agressivo. Quando a mãe buscou uma vaga na referida clínica-escola, não havia vaga disponível naquele momento, e ela, extremamente indignada, ameaçou fazer uma denúncia junto ao fórum. Anotamos que, durante vários encontros, foram recorrentes as referências ao fórum e ao estado como instâncias que funcionavam de dois modos: primeiramente como lugar de proteção, lugar da qual ela se utilizava (ou ameaçava recorrer) para mostrar como ela podia fazer valer seus direitos; ao mesmo tempo, essa instância era acusada de tê-la enganado, pois não lhe disse, quando adotou a criança, que ele tinha problemas, a cada dia mais agudizados.

Não iremos aqui fazer uma análise de conteúdo da carta nem dos depoimentos dessa mulher, nem do diagnóstico da criança, pois como já discutimos antes, interessa-nos observar o sujeito discursivo, o modo como ele se inscreve na linguagem, os movimentos de sentido que produz e, para tal, levaremos em conta o jogo das formações imaginárias proposto por Pêcheux. Escrever uma carta inclui antecipar um imaginário a respeito do outro a quem ela se destina (no caso uma psicóloga), a respeito do objeto discursivo (o filho) e a respeito de como o sujeito toma para si uma imagem e se posiciona para dizer ao outro. Em função disso, alguns sentidos podem circular e outros não, algumas confidências têm espaço para serem ditas e marcadas pela

repetição, reclamando a soltura das algemas, ao mesmo tempo, outras precisam ficar contidas na mudez e no silêncio, produzindo sentidos neles.

Por tudo isso, trabalharemos com as projeções imaginárias do sujeito-mãe no discurso de uma carta, nos trechos em que buscaremos interpretar o lugar onde a mãe se coloca para poder dizer do filho, como situa o filho discursivamente, o que se permite escrever sobre a sua relação com a criança. Vamos então ao primeiro recorte da carta:

“Dra. Simara”

Podemos indagar a quem se destina essa confidência em forma de letra, no caso, a uma doutora, imaginariamente alguém que tem a autoridade de saber sobre ela e o filho, ou seja, uma voz legitimadora de diagnósticos e conhecedora de manejos sobre o comportamento humano. Na marca “Dra.”, temos a “escolha” da interlocutora produzindo sentidos na forma de o sujeito tecer o seu dizer sobre o filho, ou seja, temos uma implicação, desse outro a que se fala, na própria forma de dizer. Mas como o sujeito não controla tudo, nem é senhor absoluto de suas palavras, seguido a essa marca, temos o equívoco na seleção do nome da psicóloga. Nesse momento, emerge o sujeito que troca um nome próprio por outro, “esquecendo-se” do nome certo da psicóloga e colocando, em lugar dele, um outro que ainda não tinha aparecido. Escutamos esse apagamento do nome certo como indício, não apenas de um esquecimento qualquer ou de uma troca inocente de nomes de pessoas, mas como uma condição do próprio sujeito, faltoso e errante.

*“Imagine o que eu faço **não** tenho sossego, **nem para comer**, toma banho, tenho que tomar com ele, junto, se **não** ele coloca fogo na casa.*

*Tenho que **esfriar comida**, quando, **eu começo a comer**, ele quer, mais Conclusão, **acabo perdendo, a vontade, de comer**, todos os dias, tenho, que está, com a **comida**, pronta, as 6 horas, em ponto, se **não** ele briga, e quantas, pessoas, chegarem, para comer, ele quer mais, e difícil, já que uma criança **não pode comer tanto**.”³*

Na materialidade lingüística, temos a recorrência de marcas indiciárias de um movimento marcado pela negativa, pelo uso de partículas de negação que instalam o efeito de uma falta, talvez a mesma que tenha suposto um nome que não pertencia à psicóloga. Os sentidos de ausência estão postos em funcionamento em recortes como “**não** tenho sossego, **nem para comer**, toma banho”, “se **não** ele coloca fogo na casa”, “se **não** ele briga”, “uma criança **não pode comer tanto**”, o que implica dizer a esse outro (doutora) que há uma cadeia de perdas e de ocos na forma de ser do filho. Todos os furos estão postos nele, sendo assim, ele passa a ser a causa de uma série de privações na vida desse sujeito-mãe, quais sejam, não ter paz, não poder comer sossegada, não tomar banho sozinha, todas atividades cotidianas das quais ela se vê privada. Ao desenhar imaginariamente essa relação, a mãe coloca o filho no lugar causa-dor de seu desconforto, de suas privações, da ordem de suas faltas.

Tal ordem de faltas combina-se com outras marcas lingüísticas ligadas à alimentação. Comer e comida marcam os sentidos de uma nutrição que vai muito além do corpo da sobrevivência física, já que implicam uma troca de uma ação por outra, de um poder por outro. “Tenho que **esfriar comida**, quando, **eu começo a comer**, ele quer, mais Conclusão, **acabo perdendo, a vontade, de comer**, todos os dias, tenho, que está, com a **comida**, pronta, as 6 horas, em ponto, se **não** ele briga”: nessa formulação, temos o comer como objeto de trocas que não

³ Em todos os recortes, os negritos são nossos.

dizem respeito ao caráter nutricional dos alimentos ou das necessidades físicas, mas marcam o jogo de poder entre mãe e filho. Ter que fazer (*“tenho que esfriar ... tenho que está”*) de um modo faz aliança com um imaginário sobre um outro ou sobre alguém que obriga tal ação, isto é, a mãe está rendida e presa ao comer e ao poder do filho, às ordens dele.

Entre a recorrência das marcas com efeitos de negação e de comida, o sujeito-mãe instala-se na posição de submissa ao poderio do filho, colocando em discurso um modo de dizer do outro para poder dizer de si; ou, dito de outro modo, colocando em discurso uma maneira de negar o seu conforto para fazer comparecer o caos gerado pelo outro. Em vários momentos, observamos dizeres em que a realidade da separação de eu e outro parece comprometida e sofrida, quiçá impossível, já que atividades como tomar banho e comer não são autorizadas sem a fusão com ele. Tudo precisa ser feito junto, senão perde-se o controle das ações sobre o outro, assim, a vivência de eu e outro é fusional, indiscriminada: é desta forma que parece se apresentar o sujeito deste discurso na inter-relação com o outro. Pelo acesso ao interdiscurso científico sobre a psicose, sabemos que o simbólico irrompe diretamente no corpo, rompem-se os elos entre significante e significado, que ficam transfigurados. As palavras são reduzidas a pedaços de um corpo sem unidade. O sujeito se sente engolido pelo outro, pois a interdição, promovida por um terceiro e autorizada pela mãe não ocorreu de maneira satisfatória. Mantém-se, assim, uma relação fusional, daí o sentimento de devoramento e de indiscriminação eu-outro. Seu efeito é uma con-fusão de vozes onde o discurso de um funciona colado ao do outro.

“Sem falar, que ele, muda, o comportamento o dia todo, fica agressivo, quando e contrariado. E me bate e da murro, meus braços doem, muito, eu consigo bater nele mais não gosto, e depois e pior, só ele pode, me bater, eu não, ele me chinga.

*“Mais o pior é que vou ficar, **apanhando a vida inteira**. De uma criança. Porque? **Sinto um vazio tão grande dentro de mim**, e como se eu fosse oca, por dentro, não existe, nem um órgão dentro de mim.*

*Receber visita, **nem** pensar. Ele não deixa eu conversar, com ninguém.*

Para chamar atenção ele pega a faca, e fala, rindo, que vai matar ele.

***Eu me considero presa sem ter cometido crime algum**, e como, se eu estivesse, no corredor da morte, sem direito de provar a minha inocência. E chega o dia da minha execução.”*

Em que lugar o sujeito-mãe se coloca? Onde situa o filho? Que imagens são permitidas circular sobre ela e sobre o filho em forma de uma carta-confidência? Que poder parece conferir a esse sujeito o fato de esse relato estar escrito? Não temos a pretensão de responder tais questões, mas nos atrevemos a interpretar alguns movimentos do sujeito, observando que, novamente, o sujeito enuncia da posição de refém do filho, marcando agora a violência sofrida, deslocada dele para ela. As formulações “*ele, muda, o comportamento o dia todo, **fica agressivo***”, “*E me bate e da murro*”, “*só ele pode, me bater*”, “*Receber visita, **nem** pensar*”, “*Ele não deixa eu conversar, com ninguém*” são pistas que confirmam a tensão no jogo desigual de força (e de poder) entre mãe-filho. As negações continuam a fazer parte como parte integrante do universo dela, ao passo em que o filho está autorizado a mandar, tomar o comando e fazer a mãe de prisioneira.

Tal (des)ordem de poder aos poucos vai sendo carcomida pela emergência de um outro lugar que o sujeito passa a desenhar para si mesmo, dizendo também que há um desconforto na sua forma de dizer da maternidade em relação a esse filho. Se antes as negativas apareciam com um colamento imaginário apenas ao outro (o filho), agora também fazem parte dos sentidos que o sujeito atribui a si mesmo. *“Meus braços doem, muito, eu consigo bater nele **mais não gosto**, e depois é pior, **só ele pode, me bater**, eu não, **ele me chinga (...)** Sinto um vazio tão grande dentro de mim, e como se eu fosse oca, por dentro, não existe, nem um órgão dentro de mim”* fazem a aliança da falta antes apenas do outro, agora deslocada para o sujeito. O vazio está posto agora como um sentido do sujeito-mãe, como se aos poucos ela pudesse fazer uma varredura dos sentidos do filho para poder falar de si, ainda que presa aos sentidos que lhe foram possíveis desse lugar de refém.

E tal movimento de (des)colamento combina com a assunção de efeitos de uma execução lenta e silenciosa. Há uma condenação que o sujeito não entende e que é dita da seguinte forma: *“Eu me considero presa sem ter cometido crime algum, e como, se eu estivesse, no corredor da morte, sem direito de provar a minha inocência. E chega o dia da minha execução.”* Observamos aqui que crime, corredor da morte, direito, inocência, execução são significantes que recortam redes de filiações históricas dos sentidos jurídicos, já que é o estado que julga crimes e, no caso em que existe a pena de morte, determina a execução. Temos, assim, a recorrência a um sentido já muito repetido por este sujeito quando se referia à adoção, à luta por vaga na escola, à culpabilização do estado pela doença do filho; agora, todos esses sentidos retornam e são atualizados em relação à impotência do sujeito em provar a sua *“inocência”*. Se, em um primeiro momento, o Estado foi o responsável pela realização do desejo de ser mãe de um filho homem, se depois foi o lugar de apoio para a garantia de direito, agora ele funciona como registro de inoperância, ineficiência e continuidade do sofrimento deste sujeito.

*“É só ele ser contrariado, ele desce a cueca e mostra o **fiu fiu**. E a **bunda**, ele coloca, as duas mãos, atrás do **bumbum** e mostra o **anus** Não sei onde ele aprende estas coisa, e normal isto. Então eu acho que **tem que ter os direitos humanos para comigo**. Porque, **não é ele que tem que ter medo de mim e sim eu em relação a ele.**”*

Marcamos que as frases com partículas de negação continuam aparecendo como um modo de o sujeito dizer do outro e de si (e assim será até o momento da despedida). Também observamos que se repete o mesmo efeito de atribuição de (des)poder ao estado, ainda que sob a forma de implícitos, já que falar em direitos humanos implica marcar que há ausência deles. A formulação “*Então eu acho que **tem que ter os direitos humanos para comigo***” faz aliança com o que interpretamos no recorte anterior, pois inscreve novamente o dizer do sujeito sobre a necessidade de uma instância jurídica institucional que o salve, ou seja, um outro poderoso que possa promover o salvamento do sujeito de um quadro de violência e condenação.

*“Eu só vejo uma solução, devolver, **não** consigo, **internar**, **também não**, só tem **uma solução**, eu **morrer**, quando, acabar, de me enterrar, **o meu irmão, que é advogado, vai e entrega fácil**. Eu já conversei, a este respeito, minhas filhas, **não** e obrigadas a cuidarem dele.*

*Você acha que eu vivo, **eu me considero, morta, não tenho sonho e nem esperança, como que uma pessoa, pode viver sem um amanhã.**”*

As formulações negativas “*devolver, não consigo, internar, também não (...) não tenho sonho e nem esperança, como que uma pessoa, pode viver sem um amanhã.*” marcam a impotência do sujeito para sair da situação, para discursivizar um caminho, para dizer de outro modo sobre a vida. E como falar sobre vida está interdito, o sujeito assume para si falar sobre morte. Em recortes anteriores, os efeitos de morte davam-se a conhecer sob a forma de violência sofrida em atos físicos, mas, considerando que o sujeito migra de uma posição discursiva para outra, agora os efeitos de morte são outros e aparecem como solução, alívio. Se, em uma leitura superficial, pode parecer que há repetição de palavras que remetam ao sentido de violência, é preciso entender que o universo semanticamente estabilizado para o par morte-dor agora é deslocado para outro, a saber, morte-solução.

“Deve haver alguma lei que me protege, porque, eu não acredito, no amanhã, cada dia ele está pior ele é cruel, sempre me agride pelas costas.”

Novamente o sujeito busca o estatuto jurídico como lugar de apoio, reinscrevendo o imaginário de poder do discurso jurídico, fazendo retornar a necessidade de uma lei capaz de garantir proteção. Existe um fio de discurso, ou um interdiscurso, ao se referir à solução de morte, pois todas as tentativas de resolução do caso foram pensadas: devolver, internar... Mas sempre houve um interdito para estas soluções, interdito este que o sujeito tenta projetar no outro, uma vez que estas possíveis soluções já haviam sido trazidas para discussão na instituição. Ou seja, existe aí uma história em que uma memória é tornada repetível, regularizada de tal modo que quanto mais o sujeito nega a lei, mais aponta para a necessidade da mesma; quanto mais

propõe o retorno aos sentidos do jurídico, mais indicia a dificuldade de uma ruptura ocorrer, por fim, quanto, mais reforça a negativa do outro, mais diz afirmativas de/sobre si, buscando movimentos que retirem deste vínculo simbiótico enlouquecedor. Anotamos, finalmente, que em todos os recortes é muito freqüente o uso de vírgulas, algo que nos sugere, na materialidade do discurso, uma tentativa de marcar o movimento de distanciar-se do outro, separando-se dele, pontuando no movimento das frases uma tentativa de discriminar eu-outro. E ela assim encerra a carta:

*Obrigada por me escutar, **você não tem nada** a ver com o meu sofrimento.*

É curioso perceber que há negação até aqui quando da despedida de uma carta escrita para uma psicóloga que estava implicada no tratamento do filho. Se a negação, às vezes é afirmação do próprio fato, arriscamos o palpite de que o sujeito projeta e transfere seus sentimentos persecutórios e suas esperanças a este outro a quem escreve. E também de que o sujeito, ao negar, afirma sobre o outro (filho, estado) para poder dizer de si mesmo, trançando fios discursivos ora para amplificar ora para tamponar o furo, a falha e o equívoco. Marcar a falta de tempo no atendimento da psicóloga, trocar o nome dela no início da carta, registrar a impossibilidade de fazer as coisas do cotidiano sem o filho perto, registrar a inoperância do estado no salvamento, marcar o direito que lhe foi negado (de ter um filho homem, de ter um filho perfeito, de ter um homem de outro modo...) são registros com os quais o sujeito pinta as cores do seu cenário e do lugar imaginário de onde que lhe cabe dizer do outro e de si.

Considerações finais:

“Todo caso de loucura é que alguma coisa voltou. Os possessos, eles não são possuídos pelo que vem, mas pelo que volta. Às vezes a vida volta” - Clarice Lispector

Para finalizar, gostaríamos de acrescentar que foi necessário um grande esforço para autorizar esta mãe a falar o que quisesse e a dizer do outro como pudesse. Foi somente depois de transpor a resistência que foi possível empreender uma escuta interpretativa que nos cabe aqui na posição de um aprendiz de analista do discurso, bem como de legitimar-lhe a posição de sujeito desejante. Ao longo desse trabalho, percorremos algumas considerações teóricas sobre o sujeito para, depois, escutar os sentidos produzidos por uma mãe de uma criança denominada (diagnosticada como) psicótica; nos recortes, pontuamos contradições e regularidades, anotamos indícios de ruptura e movimentos de sentido deslocantes, flagramos o atravessamento do outro na voz do sujeito. Chegamos ao final desse trabalho com a certeza de que **escutar o discurso do sujeito significa escutar, na materialidade lingüístico-histórica, o que retorna e a implicação causada pelo modo como os sentidos voltam**, pois como sustenta Clarice, “a vida volta”.

Referências bibliográficas:

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: **Papel da memória**. Campinas: Pontes Editores, p. 11-17, 1999.

COURTINE, J. J. & HAROCHE, C. O homem perscrutado – semiologia e antropologia política da expressão e da fisionomia do século XX. In: LANE, S. T. M. (org.) **Sujeito e texto**. São Paulo: EDU, pp. 37-60, 1988.

LACAN, J. (1957) *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*. In: **Escritos**, Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro; 1998.

MAIA, M. C. G. **Instâncias de subjetivação em relatórios sobre adolescentes infratores**. Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**. Campinas: Editora da Unicamp e Editora Revan, 1998.

ORLANDI, E. **Análise do Discurso, princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 1999.

ROMÃO, L. M. S.; PATTI, E.; A. M. R.; PATTI, A. R. **Heróis da mídia das crianças: efeitos de sentido sobre/da infância** Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso (ALED). Vol. 6 n. 1, Caracas, Venezuela, 2006.

PÊCHEUX, M. (1969) **Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, pp. 159-198, 1997.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. In: **Papel da memória**. Campinas: Pontes Editores, p.49-56, 1999.